

37 Conselheira Valdirene comunicou que o Conselho recebeu um convite da Secretaria
38 Nacional de Juventude para a abertura da segunda Conferência Nacional de Políticas
39 Públicas de Juventude, a dar-se no dia 09 de dezembro, em Brasília, explicando que é
40 para 2.300 delegados e que a organização está convidando conselhos nacionais para
41 participarem enquanto comitativas especiais; frisou que, como o tema juventude é muito
42 próximo do público do CNPCP, seria importante alguém estar presente. Ficou decidido
43 que representarão o Conselho as Conselheiras Valdirene e Maria Ivonete. Um segundo
44 informe dado pela Conselheira foi quanto aos desdobramentos da nova Resolução
45 sobre Arquitetura Prisional, lembrando que com a entrega da Resolução pelo CNPCP a
46 primeira parte do trabalho já foi feita, mas ele ainda não terminou, eis que se verificou a
47 necessidade de dar continuidade na gestão com esses outros órgãos nacionais, como
48 Ministério das Cidades e Corpo de Bombeiros, sobre alguns encaminhamentos
49 derivados da Resolução, quais sejam: publicar o livro veiculando as novas diretrizes da
50 Resolução, para facilitar a divulgação do seu conteúdo, cujo boneco já está pronto no
51 CNPCP; preparar material de orientação para elaboração dos projetos arquitetônicos
52 das prisões; realizar seminário com gestores e técnicos sobre a Resolução; propor um
53 curso de Especialização sobre arquitetura e construção de estabelecimentos prisionais;
54 divulgar a Resolução nos cursos de Arquitetura e de Engenharia; discutir e definir com o
55 Corpo de Bombeiros normas específicas para inspeções em unidades prisionais; fazer
56 gestão com a Associação Nacional dos Prefeitos e com o Ministério das Cidades para
57 inserção das áreas de segurança nos Planos Diretores, considerando que a revisão
58 desses planos se inicia em 2012; consultar a ELETROBRAS quanto à elaboração de um
59 estudo específico para unidades penais sobre IQT (índice de qualidade térmica); discutir
60 adequação dos formulários de inspeção penitenciária do CNJ e do CNMP; discutir e
61 definir diretrizes para uma metodologia institucional das unidades prisionais junto com
62 outros segmentos; discutir com a ABNT a possibilidade de ela adotar esta diretriz;
63 formar Comissão/Grupo de Trabalho entre DEPEN e CNPCP, para dar continuidade aos
64 trabalhos. Em seguida falou o Conselheiro Luiz Guilherme, que fez dois registros,
65 solicitando pauta para a reunião de dezembro a fim de apresentar os andamentos dos
66 trabalhos de reforma do Código Penal, na Câmara dos Deputados, mais
67 especificamente sobre uso e porte de drogas (critérios de peso e de substâncias), tendo
68 em vista a importância social do tema, motivo pelo qual reputa ser de suma importância
69 a participação do Conselho neste debate; o outro ponto mencionado para ser discutido
70 também na próxima reunião é o da revisão das Regras Mínimas da ONU para o
71 Tratamento de Prisioneiros, dizendo que foi procurado recentemente por representantes

72 da Pastoral Carcerária Nacional, que está preocupada com a temática. O Conselheiro
73 explicou que o Escritório da ONU para Drogas e Crimes decidiu criar um Grupo de
74 Trabalho Intergovernamental, que se reunirá em janeiro próximo, em Viena, para discutir
75 a falta de eficácia das regras mínimas para tratamento de presos e a sua revisão, sendo
76 que o Brasil participará desta reunião, e a delegação brasileira estava sob o comando
77 do Itamaraty, porém houve alteração da equipe que cuidava deste tema no Ministério
78 das Relações Exteriores e, agora, os participantes estão se sentindo um tanto perdidos.
79 Por isso mesmo faz um apelo para que o CNPCP apresente-se ao Itamaraty como um
80 interlocutor privilegiado para discutir este tema. O Dr. Geder pediu um aparte para
81 lembrar que o Conselho já participou em outras reuniões para tratar do mesmo tema, no
82 Brasil e fora dele, tendo inclusive participado de uma Comissão presidida pelo Ministro
83 Peluso, a qual redigiu um texto-base que foi apresentado no evento da ONU, realizado
84 em 2010 na Bahia, sugerindo portanto, que o próprio Ministro Peluso continue liderando
85 essas discussões. No entanto, o Conselheiro Luiz Guilherme explicou que na reunião de
86 janeiro a manifestação do Brasil dar-se-á pelo Embaixador brasileiro em Viena e que,
87 deste modo, ele apresentará aquilo que o Ministério da Justiça lhe enviar, por isso o
88 protagonismo da discussão deve ser mesmo do CNPCP e do DEPEN, e não do STF.
89 Diante disto, foram acertados os seguintes encaminhamentos: doutores Geder e Rossini
90 falarão diretamente com a Ministra Virgínia, Assessora Internacional do Ministério da
91 Justiça, e com o Secretário Executivo Luiz Paulo Telles Barreto, a fim de marcar a
92 posição do DEPEN e do CNPCP como ponta de discussão do tema; Dr. Rossini
93 solicitará à Ouvidora Dra. Fernanda, que trate deste assunto diretamente com o
94 Ministro, uma vez que no DEPEN esta discussão está centralizada na Ouvidoria; outro
95 encaminhamento acertado foi para que o CNPCP convide a Ministra Virgínia, o Dr. Luiz
96 Paulo e alguém do STF para participarem da próxima reunião, nos dias 12 e 13 de
97 dezembro, quando este assunto estará em pauta. Após, a Conselheira Suzann
98 comunicou que de 09 a 11 de novembro participou de um evento na Argentina, sobre
99 Infraestrutura Penitenciária, indicada que foi pelo DEPEN, onde fez a apresentação da
100 Resolução nº 09/2011, elaborada pelo CNPCP; trouxe alguns *slides* para demonstrar
101 quais são as tendências atuais em termos de arquitetura prisional, sendo que, ao final
102 de sua apresentação, o Dr. Geder fez uma proposição para integrá-la nas discussões
103 dos portfolios do DEPEN no campo da arquitetura prisional, diante da preocupação que
104 este Conselho deve ter quanto ao emprego de modelos pré-fabricados de construção,
105 mas não houve deliberação a respeito. Na sequência o Conselheiro Pedro Sérgio
106 informou que na semana passada o Governo de Goiás trocou toda a cúpula da área da

107 Segurança Pública, preocupado com o combate à criminalidade no Estado, sobretudo
108 na região do entorno, no entanto, não apresentou nenhuma preocupação com as
109 questões sociais, apenas com o recrudescimento do aprisionamento, lamentando ainda
110 que a administração penitenciária continuou adstrita à Secretaria de Segurança Pública;
111 fez ainda uma proposição para as atividades do próximo ano do CNPCP: a realização
112 de um grande seminário nacional para discutir as questões penitenciárias e de
113 criminalidade chamando a participar preferencialmente os profissionais da área da
114 educação. Na sequência o Dr. Geder fez a apresentação da Dra. Maíra Machado, que
115 veio explicar sobre o *Software* SISPENAS, disponível no sítio do Ministério da Justiça,
116 de uso livre, em vias de aprimoramento. Explicou que o SISPENAS contém uma base
117 de dados que reúne toda a legislação criminal em vigor no país, desmembrando artigo
118 por artigo, possibilitando vários tipos de buscas, diagnósticos e simulações de situações
119 prospectivas, sendo um sistema útil para a pesquisa acadêmica, mas que neste
120 momento está diante do desafio de vir a ser útil também para a operacionalização dos
121 órgãos do sistema de justiça. Após a apresentação houve comentários e perguntas por
122 partes dos Conselheiros, especialmente sobre a possibilidade de vincular tal sistema ao
123 INFOPEN. Na parte da tarde abriu-se a reunião discutindo-se sobre uma ponderação
124 recentemente feita pelo CNMP criticando a concessão do Indulto na medida de
125 segurança. Em seguida deu-se a apresentação sobre presas estrangeiras e tráfico de
126 mulheres estrangeiras, pelo Senhor Luciano Dornelas, Delegado da Polícia Federal no
127 Estado de Goiás, a partir da sua dissertação de Mestrado em Direito, feita na PUC/GO,
128 sobre o tráfico internacional de pessoas; após, respondeu a perguntas dos
129 Conselheiros. Na sequência deu-se a fala do terceiro convidado externo, senhor José
130 de Jesus Filho, Assessor Jurídico da Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária,
131 sobre a revista íntima nas unidades prisionais e o seu impacto no cotidiano
132 penitenciário. Em sua apresentação o Senhor José também pediu o apoio do CNPCP
133 para a aprovação, no Congresso Nacional, do PL 3463/2008, que é bastante garantista
134 em relação ao tema da revista vexatória e seu contexto. Seguiram-se manifestações dos
135 Conselheiros sobre o tema, ressaltando ao expositor que já é uma política deste
136 Conselho recomendar que a revista íntima seja feita na pessoa presa, ao voltar para as
137 celas, e não em seus visitantes. Ato contínuo, deu-se a análise do Regulamento do II
138 Prêmio Nacional de Boas Práticas em Política Criminal e Penitenciária, discutindo-se
139 melhorias em relação ao texto-base do Regulamento da primeira edição do Prêmio,
140 tendo sido definidas varias questões, como por exemplo o aumento no valor dos
141 prêmios, totalizando 30 mil reais, a não mais exigência de pseudônimo e a não fixação

142 de temas específicos. No entanto, a aprovação da versão final do documento ficou para
143 a reunião de dezembro. Em seguida passaram-se aos assuntos de interesse do
144 CNPCP, quando o Dr. Geder explicou que não foi possível contatar-se o Dr. Draúzio
145 Varela para fazer-se presente nesta reunião, para receber o título de Conselheiro
146 Honorário do Conselho. A decisão de conferir este título ao médico foi tomada por
147 unanimidade na reunião extraordinária do dia 11 último, em virtude de toda a
148 colaboração positiva que teve em relação à melhoria do sistema penitenciário brasileiro,
149 especialmente com o impacto de sua obra sobre Carandiru. Ficou decidido convidar-se
150 o Dr. Draúzio para a reunião de dezembro. O Presidente também propôs que, por
151 ocasião da reunião de fevereiro, em Salvador, seja realizado o 2º Seminário Regional do
152 CNPCP para a Região Nordeste, devendo ser convidado o Dr. Drauzio caso não se o
153 consiga fazer para a reunião de dezembro. As dezenove horas deu-se a abertura do
154 Terceiro Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no Auditório Onze de
155 Agosto, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a presença de Ex-
156 presidentes do CNPCP que residem em São Paulo e do Senhor Secretário de
157 Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Dr. Lourival Gomes, seguindo-se
158 palestras sobre A Nova Lei das Cautelares, ministradas por Gustavo Badaró e Renato
159 Marcão. Na sequência houve *coffee break* e Lançamento de livros de Conselheiros e de
160 Professores da USP. No dia seguinte o Seminário teve continuidade com palestras
161 sobre Presos Estrangeiros e Transferência de Presos, ministradas por Artur Gueiros e
162 Fábio Bechara e, depois de um intervalo, mais duas palestras sobre o tema Medida de
163 Segurança, proferidas por Geder Gomes e Rodrigo Costa. Na parte da tarde deu-se a
164 Apresentação dos Trabalhos Vencedores do Primeiro Prêmio Nacional de Boas Práticas
165 em Política Criminal e Penitenciária, por representantes das respectivas instituições,
166 quais sejam: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (São Paulo/SP) - Título: Prática,
167 conhecimento e diálogo na construção de uma política democrática para o grupo de
168 mulheres estrangeiras encarceradas; Agência Goiana do Sistema de Execução Penal
169 de Goiás (Goiânia/GO) - Título: Projeto Módulo de Respeito; Associação Pólo Produtivo
170 Pará (Belém/PA) - Título: Fábrica Esperança: um caminho para a cidadania. Na
171 sequência teve lugar a palestra de encerramento do evento, sobre Drogas e Sistema
172 Penitenciário, proferida por Luciana Boiteux e Sérgio Salomão Shecaira. O Presidente
173 Geder Gomes encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar,
174 lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro, e revisada pela Dra.
175 Gisela Maria Bester.

176

Geder Luiz Rocha Gomes

177

Presidente do CNPCP

178

179

Publicado no DOU, de 19/01/2012, pagina 27 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 - 27 – nº 14.

180